

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 64 - 15 de novembro a 14 de dezembro de 2013

Organização Marxista Revolucionária

Contribuição: R\$ 1,00

Lutas, Black Bloc e repressão:

Para onde vamos?



NACIONAL

BLACK BLOC E O MÉTODO DE LUTA DOS TRABALHADORES

CAMPO DE LIBRA

PT: ANTES CONTRA A PRIVATIZAÇÃO; AGORA PRIVATIZA O PETRÓLEO

CAMPANHA CONTRA A REPRESSÃO

REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO POLÍTICA DE ESTADO

PROFESSORES

EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES

CULTURA

ELYSIUM, UMA ALEGORIA DA MUNDIALIZAÇÃO

JUVENTUDE - CARTA DO "ALÉM DO MITO" PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE, LUTAR PELA REVOLUÇÃO

INTERNACIONAL

ACERCA DA GUERRA NA SÍRIA

MANIFESTAÇÕES, BLACK BLOCS E MÉTODO DE LUTA DOS TRABALHADORES

Desde junho de 2013 o Brasil vive um novo momento da luta de classes. Um processo de manifestações que começou com a luta contra o aumento das passagens nas capitais se alastrou para uma onda de protestos em centenas de cidades, envolvendo milhões de pessoas em todo o país, trazendo à tona uma profunda e generalizada insatisfação com o modo de vida, além de reivindicações concretas de melhorias na Saúde, Educação, transporte, contra os gastos com a Copa, contra a corrupção, etc. O aumento foi revogado e foram feitas algumas pequenas concessões, mas desde então o país passa por manifestações praticamente diárias.

Essas manifestações nem naquele momento nem agora conseguiram constituir um movimento ou organização unitários, que tivesse um programa definido para além de uma reivindicação pontual como a de revogação do aumento (um programa que levasse, por exemplo, a luta pelo controle do orçamento público, contra o pagamento da dívida pública e as concessões às empresas para emprego desse dinheiro na Educação, Saúde, transporte, etc.).

Mas, essa limitação não retira a importância do processo que abriu essa nova situação política no país. Além disso, temos elementos importantes para refletirmos, como, por exemplo, quais táticas que devem ser utilizadas nas manifestações. Destacamos, especialmente, a tática Black Bloc.

Essa tática, em que grupos de manifestantes se destacam dos protestos para a ação direta, bloqueiam ruas, reagem contra a violência policial e atacam símbolos do sistema (bancos, corporações, prédios públicos, etc.) se transformou em um dos principais temas associado a esse processo de manifestações.

Com isso, o Estado e a imprensa burguesa passaram a fazer críticas sistemáticas e a associar as manifestações à violência, como uma forma de jogar a opinião pública contra as lutas sociais.

E da “constatação” de que as coisas “passaram dos limites” foi desenvolvido o discurso da necessidade de “restabelecer a ordem”. Isso significa retomar a repressão violenta contra qualquer contestação ou mesmo abrir caminho para que grupos fascistas se enfrentem com os movimentos.

DE ONDE PARTIMOS?

O nosso debate sobre a tática Black Bloc considera o fato de que estamos entre lutadores, é de que faz parte do movimento. E é o movimento de conjunto e não nós ou qualquer outra corrente que deve dizer “chega de Black Bloc”.

A mídia burguesa e os órgãos estatais têm criticado as manifestações mais radicalizadas por não estarem “dentro da legalidade”, porque não se limitam a protestar e atacam o patrimônio. Criaram as manifestações aceitas e as intoleráveis, com o objetivo de deslegitimar as ações mais radicalizadas. E o termo vândalo passou a ser utilizado com essa finalidade.

Nesse contexto de contra-ofensiva da repressão causou-nos forte mal estar a crítica do PSTU ao Black Bloc, pois mesmo trazendo elementos teóricos válidos fez unidade com a crítica da imprensa burguesa. Essa crítica fora de hora e desproporcional leva-nos novamente a apontar os crescentes sinais de adaptação à democracia burguesa, de distanciamento dos métodos de luta radicalizados, de aproximação com correntes governistas, burocráticas e pacifistas (CUT pode mais, etc.) que o PSTU vem aprofundando, mesmo com o discurso de defesa da revolução.

Além disso, reflete uma acomodação aos limites impostos pela polícia às manifestações. Isso é perceptível quando em Nota sobre a repressão no Rio de Janeiro atribuiu a violência à ação Black Bloc sendo que, na verdade, em todas as manifestações há violência policial seja física ou moral (através de seus cordões para “proteger” a manifestação



ou com suas filmagens). A crítica ao Black Bloc ficou em primeiro plano, num momento em que o fundamental era a unidade contra a repressão.

O aparato repressivo do Estado, PM, polícia federal, serviços de inteligência, etc. já estavam à caça do Black Bloc, com o apoio da mídia. Ao invés de fazer coro com a repressão, o momento é de unidade na luta.

A ação do Black Bloc deve ser defendida incondicionalmente, como parte do movimento. Os sindicatos, partidos e demais organizações da classe devem defender esses ativistas jurídica e politicamente. Isso não significa abrir mão das críticas, mas devem ser feitas para apontar os seus limites para que o conjunto da classe avance política e organizativamente.

NEM VANGUARDISMO, NEM CAPITULAÇÃO À CONSCIÊNCIA ATRASADA

De certa forma, essa tática Black Bloc lembra a fase do movimento ludista, entre fins do século XVIII e início do XIX, quando trabalhadores perdiam seus empregos e se reuniam em grupos para quebrar as máquinas. Não entendiam que deveriam lutar contra o sistema capitalista, o Estado e não se organizaram em partidos e sindicatos. O que visualizamos de comum entre o Black Bloc e os ludistas é exatamente esse limite, não basta quebrar as coisas, símbolos como bancos e prédios governamentais. Isso por si só não derruba o capitalismo. Ainda assim, apresenta um desafio direto ao controle do Estado sobre as lutas sociais.

No movimento sindical, por exemplo, o Estado reconhece o direito de greve, mas obriga as organizações dos trabalhadores notificarem a patronal com antecedência e a negociarem através de sindicatos sob pena de a greve ser declarada ilegal. O direito de greve é um avanço, mas se a organização dos trabalhadores não conseguir ir além das instituições irá se tornar, cada vez mais, uma prisão, por limitar a luta ao que está estabelecido na lei.

As ações radicalizadas são importantes porque tentam ir além desse limite, negam ao Estado a prerrogativa de dizer até onde a luta pode ir. Isso, de certa forma, representa a retomada de formas de luta independentes do controle do Estado.

Na luta contra o capitalismo os defensores do sistema (polícia, forças armadas ou bandos fascistas) usam de violência contra os trabalhadores e suas organizações. É ilusão achar que as classes dominantes aceitarão a contestação ao seu poder e entregarão pacificamente o controle sobre a sociedade. Sempre usaram, continuam usando e usarão de violência, desobedecendo as próprias leis do Estado burguês. Portanto, o movimento dos trabalhadores precisa discutir o emprego de táticas e métodos para defender a vida e a integridade física dos ativistas que se envolvem na luta.

A nossa crítica principal ao Black Bloc está no apego ao vanguardismo, isto é, na substituição do papel de sujeito político do proletariado por ações de poucos que não se preocupam em ganhar o conjunto da classe para também avançar na radicalização contra a burguesia e contra o Estado.

Também não podemos concentrar unicamente a nossa luta contra os símbolos da exploração, como os bancos. Precisamos construir a luta contra o sistema de conjunto, tanto contra o que se apresenta como símbolo quanto o que fica “escondido”, como a extração de mais-valia e a existência de dois lados na sociedade – o dos dominadores e o nosso, dominados.

Para a transformação social necessitamos da ação vigorosa e da violência revolucionária da classe trabalhadora. Mas, não chegaremos a isso de forma

espontânea, cabe a todas as organizações revolucionárias contribuir para que a classe trabalhadora chegue nessa conclusão. Também nesse aspecto a crítica do PSTU não contribui para a classe chegue a esse nível de consciência. Nesse aspecto, podemos dizer que tanto a política do PSTU quanto a tática Black Bloc são muito parecidas. Uma age sem se preocupar em ganhar os trabalhadores para esse tipo de ação e a outro se recusa a propor esse tipo de ação para a classe, alegando que os trabalhadores não têm consciência para tal.

A NECESSIDADE DE CONSTRUIR ESPAÇOS DE DECISÃO COLETIVA

O Black Bloc tem ocupado o espaço político que deveria caber à esquerda revolucionária. Na falta de um projeto político, encabeçado por partidos, centrais sindicais e movimentos sociais com um programa de ruptura radical com o capitalismo, apresenta-se como o que há de mais oposto ao sistema e atrai simpatia de um amplo setor de jovens trabalhadores insatisfeitos.

O fato de uma tática ter se tornado uma referência política mostra a defasagem que há entre a insatisfação social e as formas de organização. O movimento ainda não conseguiu construir espaços unitários em que se definam coletivamente os objetivos e métodos de luta dos trabalhadores. Numa assembleia de categoria, por exemplo, não cabe a nenhum grupo “falar em nome da categoria” sobre as ações, decisões ou repúdio a outro grupo. A categoria de conjunto que tem esse poder.

A escolha de apenas uma única tática como ponto de partida dificulta a construção da unidade, pois a exploração, opressão e repressão atacam a todos. O conjunto dos trabalhadores é que deve decidir. E todos os setores devem ser ouvidos, socialistas,

anarquistas, independentes, etc.

Esse fenômeno torna nítida a urgência de se construir espaços de organização da classe de conjunto, em que esta possa se colocar como sujeito histórico. Fóruns, plenárias, comitês unitários podem fortalecer a construção de movimentos e manifestações. Podem legitimar as decisões e definir as táticas. Podem permitir que os ativistas e militantes se conheçam e criem laços de confiança para dificultar a infiltração de provocadores policiais e de lúmpens. São espaços fundamentais para que a classe faça o seu aprendizado político e organizativo para enfrentar o capitalismo e seus agentes. Necessitamos construir esses espaços unitários de luta, sem a presença de setores governistas.

DEFINIR JUNTO COM O MOVIMENTO AS AÇÕES

Também não podemos fazer da tática uma estratégia permanente. A atitude de colocar de antemão uma determinada tática (ação direta ou outra) como ponto de partida dificulta o processo de decisão coletiva. O Black Bloc não só expressa essa escolha tática a priori como, em alguns momentos, já se colocou contra outros setores.

Todos os que participam da construção coletiva da luta devem ser aceitos, com suas ideias e bandeiras. Mesmo com todos os problemas, os partidos de esquerda são parte do movimento. Nenhum grupo de ativistas, partidos ou organizações podem se colocar artificialmente como direção das manifestações, como se assim as dirigissem politicamente, ignorando a necessidade e os ritmos do processo de deliberação coletiva.

Na época da ditadura militar, grupos optaram pela luta armada sem a ação dos demais movimentos dos trabalhadores e se isolaram. Foram alvos da repressão brutal, que também atacou o conjunto da vanguarda e dizimou boa parte da militância. Não podemos reproduzir a mesma dinâmica para que um setor de vanguarda, movido pela vontade de lutar, não acabe se afastando do restante da classe, o que torna mais fácil legitimar o ataque da repressão. Já têm setores da direita buscando aprovar leis antiterror, que vão se abater sobre quem estiver na luta.



É importante que a classe participe das decisões (do que e como fazer) sobre essa questão. Mas, da mesma maneira que o Black Bloc não pode ter atitudes por si, também não é possível que os partidos falem em nome dos trabalhadores sem sequer ter sido discutido nos fóruns de luta.

A NECESSIDADE DA AUTODEFESA

Tudo isso demonstra como as manifestações de junho para cá têm respondido à violência policial e como a intensificação da exploração tem potencializado a necessidade de o movimento se preparar de todas as formas para a luta.

Os empregos precarizados, terceirizados, superexplorados, baixos salários, sem direitos, etc. Faculdades de baixa qualidade, serviços públicos que não funcionam, consumo só com endividamento, falta de acesso à cultura, mas, quando se manifesta... dura

repressão.

As explosões espontâneas nas periferias, bloqueios de ruas, ônibus incendiados, enfrentamento à polícia e o surgimento do Black Bloc expressam a imensa insatisfação, especialmente da juventude trabalhadora que começa a rejeitar na luta esse tipo de vida.

A atitude de partir para a luta e a ação direta é um avanço em relação à postura tipicamente pós-moderna de ficar apenas diante do computador criticando o mundo via internet. Mas, não podemos seguir o caminho do método individualista em que um grupo de pessoas “faz o que quiser”, ao invés de buscar discutir e elaborar coletivamente ações para transformar a sociedade.

O marxismo não é defensor da violência. Mas, não é pacifista. Não acredita que a burguesia vai abrir mão de seus privilégios sem resistir militarmente e sem atacar os

trabalhadores. Historicamente podemos verificar golpes militares, repressão aos movimentos sociais, ação da polícia e o papel do Judiciário para legitimar toda essa violência contra os trabalhadores, etc. A burguesia é, por essência, violenta. Então, enquanto classe, não nos resta outra alternativa que não seja a utilização da violência revolucionária para alcançar a transformação social. Essa é uma batalha ideológica necessária e é fundamental ganharmos a classe trabalhadora para exercermos o direito à violência revolucionária.

Por tudo isso é importante reafirmar que o método da ação direta precisa de objetivos definidos. É mais do que uma tática. Precisamos de programa, conhecimento da realidade e elaboração teórica para construirmos coletivamente a nossa autodefesa. Precisamos destruir o capitalismo, seus símbolos e suas instituições para construirmos a sociedade socialista!

LEILÃO DO CAMPO DE LIBRA

PT: ANTES ERA CONTRA PRIVATIZAÇÕES; AGORA PRIVATIZA O PETRÓLEO

Por R\$ 15 bilhões, já utilizado para pagar os agiotas da dívida, o governo Dilma entregou o Campo de Libra com uma imensidão de petróleo estimada em, no mínimo, 10 bilhões de barris podendo chegar a 15 bilhões. Esse valor é referente ao “bônus”, isto é, um passaporte para o consórcio de empresas retirar petróleo da região de Santos, SP.

Com esse leilão, a Petrobras ficou com 40%. As estrangeiras Shell e Total ficaram com 20% cada uma. Os demais 20% foram divididos entre as chinesas CNPC e CNOOC. O contrato tem duração de 40 anos, tempo aproximado para finalizar a extração do petróleo.

Para ter o direito de explorar o petróleo, esse consórcio de empresas, pagará para a União uma taxa “próxima de 41,65%” do óleo/lucro (óleo extraído menos os custos de produção e os royalties de 15%).

UM NEGÓCIO DA CHINA

A expressão acima não é por conta da participação de empresas chinesas no leilão, mas para expressar que o capital fez um grande negócio ao conseguir o

“direito” de extrair esse petróleo, pois quase sem esforço vai abocanhar somas bilionárias.

Os riscos são baixíssimos. Primeiro, sequer vão precisar fazer pesquisas, pois as reservas já estão comprovadas. Segundo, se houver variação brusca no volume da produção e no preço no mercado mundial a taxa de 41,65% pode ser reduzida em 9,93% e com desconto proporcional poderá chegar até 31,72% (condição extrema de produção abaixo de 4000 barris/dia e com preço inferior a US\$ 60 o barril). No entanto, se acontecer o contrário, aumento da produção e do preço, o percentual do óleo-lucro terá um acréscimo de no máximo 3,91%.

Mesmo os 41,65% só serão cobrados efetivamente a partir da operação plena do campo, o que deve ocorrer em 2019. Até lá, o consórcio de empresas vai pagando de forma



proporcional.

Em relação aos royalties que serão pagos pelo consórcio o “negócio da China” é ainda mais revelador, pois o que for pago em dinheiro para a União será devolvido em petróleo para o consórcio de empresas que, evidentemente, poderá ser revendido e poderá ser recuperado o que foi pago.

Lucro certo e garantido para o consórcio de empresas, pois os riscos do negócio são absorvidos pelo poder público.

É PRIVATIZAÇÃO SIM!

Dilma alega que partilha é diferente de privatização, pois a Petrobras ficará com 40% no leilão. Faz essa afirmação escondendo o que consta no Edital do leilão e no Contrato que será assinado com o consórcio de empresas. Vejamos:

Supondo que o preço do barril fique em US\$ 100. Sendo o custo de produção 40% mais 15% de royalties, o óleo/lucro será de 45% da produção total (100-40-15). Em uma situação ideal a União terá 41,65% (que poderá ser obtido só em 2019) sobre o óleo-lucro, isso representa 18,74% sobre o total de óleo produzido. É isso que o governo esconde.

E o prejuízo pode ser ainda maior, pois o percentual sobre o óleo-lucro é variável, isto é, depende da produção e do preço do barril. Fernando Siqueira da AEPET (Associação de Engenheiros da Petrobras) detalha as contas: “o que vai para a União variará de 9,93% a 45,56% do óleo/lucro, que é de 45%. Logo, a União receberá de 4,45% (9,93% \times 45) a 20,5% (45,56% \times 45) do total do óleo produzido. Então, o consórcio vencedor ficará com 95,55% a 79,5% do petróleo de Libra; 40% disto irão para a Petrobrás e 60% para empresas estrangeiras”.

Mesmo esses 40% que pertencem a Petrobras não representam dinheiro para o governo, pois mais da metade vai para os “investidores”, ou seja, acionistas privados nacionais e estrangeiros que têm a maioria das ações do capital social da empresa.

Caso esses dados ainda deixem dúvida quanto à entrega da riqueza produzida no país basta lembrar que a parcela de lucro da Petrobras destinada ao governo deverá ser utilizada integralmente para amortização da dívida pública, conforme a lei 9530/97. Esse breve estudo já possibilita-nos

chegar à conclusão de que a maior fatia desse bilionário negócio foi parar de empresas e especuladores privados.

O dito leilão de uma proposta só representa a privatização de uma riqueza que se fosse apropriada pelos trabalhadores poderia ser deslocada para produzir aquilo que de fato precisamos. Mas, ao ficar sob controle do capital produzirá mais miséria e desigualdade.

Concessão ou partilha são nomes diferentes para um mesmo significado: privatização. Primeiro Lula e agora Dilma, sob a benção do petismo, continuam o processo de privatização iniciada por FHC. Essa entrega é vergonhosa até do ponto de vista de gestão do Estado capitalista. Se nos anos 70 a quase totalidade da produção do petróleo estava em mãos das grandes empresas do setor, atualmente 90% da produção mundial estão sob controle estatal, inclusive, em alguns casos, serve como sustentação financeira de ditaduras como na Arábia Saudita.

O fato de os governos do PT usarem “concessão” ou “partilha” para esconder a privatização não é casual. É uma escolha coerente com o método petista de governar, que maquia a realidade para fazer de conta que está realizando um governo “progressista” e “popular” quando na essência está dando seguimento ao neoliberalismo tucano. É um governo que favorece os bancos, o agronegócio, as transnacionais, etc., deixando migalhas para os trabalhadores.

O AUMENTO DO PREÇO DA GASOLINA: OS PRIMEIROS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO

Assim que passou o leilão os acionistas começaram a pressionar a Petrobras e o governo para aumentar o preço da gasolina, repassando a conta do leilão para a população. Solução mais simples, pelo viés burguês. O governo já discute aprovar o “gatilho” para reajustar os preços de 2 a 3 vezes por ano. E de novo o trabalhador fica no prejuízo.

Como o país não faz o refino de todo o combustível consumido por aqui e não há mais o monopólio da Petrobras pelo abastecimento interno, fruto do desmonte da empresa, exporta-se petróleo e importa-se gasolina. Nessa operação

a empresa tem tido prejuízos bilionários e o subsídio nunca chega ao bolso dos trabalhadores, pois fica direto com as distribuidoras já que paga-se R\$ 1,72 e vende-se a R\$ 1,42. Com o aumento do preço, além de manter a taxa de lucro das distribuidoras ainda conseguirá dinheiro para pagar o “bônus” da assinatura do leilão. Mais uma vez perdemos com a privatização do Campo de Libra.

COLOCAR O PETRÓLEO E A EMPRESA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

Como já dissemos, a porcentagem de 40% para a Petrobras nesse leilão não muda o sentido da privatização, pois além de parte significativa desse valor ir para as mãos dos “investidores” privados, os outros 60% vão direto para as empresas estrangeiras.

Mas, mesmo que 100% do petróleo estivessem nas mãos do Estado (que em relação a privatização seria uma medida progressista) se não estivesse sob controle dos trabalhadores não atenderia às necessidades humanas, pois sabemos que a propriedade estatal, por si só, não avança nessa direção. As empresas estatais também foram submetidas à lógica do lucro e da lei do valor.

A nossa luta deve ser muito mais profunda, pois precisamos modificar toda a lógica social, substituindo o interesse pelo lucro pelo interesse humano. Para isso precisamos ultrapassar a própria estrutura do Estado em direção a formas de controle social coletivas e racionais.

Não temos ilusão de que governos burgueses vão adotar medidas de interesse dos trabalhadores. Administram um Estado que por essência serve aos interesses da burguesia.

Por isso que a luta contra as privatizações precisa avançar no sentido do controle social da riqueza. Pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas não precisamos da burguesia para nada.

O controle das fontes naturais de energia pelos trabalhadores é fundamental porque é a única garantia de que possa haver uma produção sem destruição da natureza e que ainda permita garantir a todos os “produtores associados” uma vida digna e decente.



A REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO POLÍTICA DE ESTADO

As mobilizações de junho trouxeram a tona vários debates que há muito vinham sendo negligenciados. Dentre esses assuntos a repressão exercida pelo Estado através da polícia nas manifestações tem ganhado grande repercussão nas mídias e nos permite pensar a respeito da real função do Estado. A violência institucionalizada não é nenhuma novidade. Trata-se de uma prática histórica das sociedades divididas em classes sociais. Para entendermos melhor a violência exercida pelo Estado devemos buscar respostas que datam desde o início da sociedade de classes.

A formação social na qual estamos inseridos, já é em si pautada pela coerção e pela violência. Desde as primeiras sociedades divididas em classes quando a detentora de propriedades obrigava que outra classe trabalhasse para ela, fazia a partir da coerção física.

Uma das primeiras medidas que as classes dominantes tomaram para garantir seu poder, foi a criação do Estado. A partir dessa instituição, criou-se todo um complexo de leis e normas para garantir que os de cima possam dominar e os de baixo permaneçam na condição de explorados. Para que essa legislação seja acatada por todos é necessária a criação de um aparelho repressor, um braço armado que tenha duas finalidades essenciais: 1) fazer cumprir as leis criadas pela classe dominante e 2) fazer os “transgressores” temerem a ‘desobediência’. Esse aparelho repressor se configura como a força militar, criada para manter a lei e a “ordem”, para garantir que todos cumpram com suas “obrigações de cidadãos” e para que todas as classes se mantenham em seu devido lugar na dinâmica da sociedade.

Porém, a “ordem” é aquela que convém aos que dominam. As “obrigações de cidadãos” são aquelas atribuídas às classes exploradas para que continuem vivendo em condição de domínio, seu verdadeiro lugar na sociedade, segundo as classes dominantes. Foi assim no modo de produção escravista, na sociedade feudal e também é assim no capitalismo

contemporâneo.

Diferente do que dizem os representantes da burguesia, o Estado não pode garantir os direitos de todos para que sejamos socialmente iguais. Os interesses das classes, dominante e explorada, são antagônicos e inconciliáveis. Para a garantia plena de Saúde, Educação, igualdade e qualidade de vida para todos pressupõem que aqueles que estão no poder, a elite, deixem de existir enquanto tal.

Frente a isso, quando os explorados resolvem se rebelar contra a ordem, a burguesia mostra suas armas e dentre elas a mais bárbara e explícita é o uso da violência física.

As mobilizações de junho, em especial nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, demonstraram de maneira mais evidente o aspecto truculento do Estado de forma didática. A insatisfação popular com as condições de vida da grande maioria dos brasileiros se expressou nas manifestações, nas marchas com dezenas de milhares de pessoas, nos ataques a símbolos do capitalismo, etc. Dentre os manifestantes pode-se encontrar professores, estudantes, outros trabalhadores de diversas categorias, desempregados, moradores da periferia e demais setores da sociedade afetados pela, cada vez



mais, avassaladora crise que destrói a possibilidade termos um futuro digno.

A resposta do Estado foi rápida e direta: a criminalização dos movimentos sociais. Lançando mão do mais covarde poderio bélico para conter os manifestantes, a polícia, os paladinos das elites, reprimiram com sistemática violência. Para isso, os mais rasteiros meios de desmobilização são válidos, desde o uso de armamento como balas de borracha e bombas de gás até a infiltração de agentes no movimento no intuito de intimidar as manifestações. Tudo é válido para restabelecer a “sagrada lei e a ordem” burguesas.

À REPRESSÃO SOMAM-SE AS LEIS

Mas a repressão do Estado não se resume às ações da PM. Nos gabinetes e no parlamento toda sorte de leis com

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A nova situação política que se abriu com a jornada de junho faz eco na periferia de São Paulo. Após o assassinato de dois jovens (Douglas e Jean) pela PM paulista, a Zona Norte da cidade foi palco de manifestações por dois dias seguidos. Centenas de pessoas bloquearam duas das principais rodovias – Dutra e Fernão Dias – e incendiaram ônibus, caminhões e pneus.

O governo estadual (claro que com a conivência de Dilma) reagiu como sempre: uma feroz repressão com bombas, tiros, helicóptero e até a utilização da fascista tropa de elite da PM, a ROTA.

Essa questão é importante porque, junto com a repressão ao movimento social, os governos têm tido uma política

sistemática de controle das regiões mais pobres. É o caso das UPPs no Rio e em SP o policiamento ostensivo nas periferias. O aumento dos homicídios, sobretudo contra a juventude negra, praticado pela polícia na periferia é parte desse processo repressivo.

O Estado sabe que as contradições são muitas (falta de perspectivas e de lazer para a juventude, desemprego, trabalho precarizado, escolas em crise, etc.) e que podem levar a uma explosão incontrollável.

Os limites impostos aos governos pela crise estrutural do capital não permitem (dentro dos marcos do capital) soluções para esses problemas. Essa é a razão de o Estado ter aumentado a repressão contra os pobres.

o intuito de inviabilizar as manifestações e criminalizar os movimentos sociais são criadas. A lei criada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que proibia o uso de máscaras em manifestações foi só mais um exemplo dos absurdos da repressão. O Estado, dentro da teoria burguesa, seria o espaço onde todos os setores da sociedade teriam seus interesses defendidos garantindo a manutenção da democracia. Porém, na prática, é uma instituição só da classe dominante e a prova disso está nas marcas de balas de borracha gravadas em pele pelos facínoras da PM.

Outro aspecto necessário de ser ressaltado é a função que a grande mídia exerce nesse complexo: Servindo como porta-vozes das elites tentam, a todo o momento, deslegitimar as ações dos manifestantes, encobrendo as agressões exercidas pela PM e distorcendo fatos. A mídia burguesa historicamente cumpre um papel fundamental na manutenção da ordem vigente, pois está diretamente ligada à formação de opinião e controle ideológico de massas no sentido de sustentar esse modelo de sociedade desumano e autodestrutivo.

UMA CAMPANHA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em tempos de efervescência como

esses pelos quais passamos se torna demanda extremamente necessária a defesa dos direitos de expressão da classe trabalhadora. As organizações, em especial as centrais sindicais de esquerda, como a CSP CONLUTAS e a INTERSINDICAL, que buscam uma transformação da sociedade precisam criar campanhas permanentes contra a criminalização e a repressão aos movimentos sociais, no sentido de oferecer uma maior resistência aos ataques da burguesia e fortalecimento da luta dos trabalhadores rumo a superação da sociedade capitalista.

Para além disso, a luta pela desmilitarização da PM também se coloca na ordem do dia para a classe trabalhadora, uma vez que a força militar responde somente aos interesses das elites dominantes. Devemos ainda oferecer todo o apoio aos valorosos camaradas que se colocam na luta dos atos de rua, assim como combater os projetos de lei que visam aumentar a criminalização dos movimentos sociais. Todas essas medidas apontam um novo momento de duras batalhas e que começam a apontar para a construção de uma nova sociedade que de fato leve em consideração nossas reais necessidades humanas e que terá como pressuposto a igualdade entre todos os trabalhadores.

ESPIONAGEM NO MOVIMENTO SOCIAL

Para não deixar dúvida que a repressão e o controle sobre o movimento social não são política exclusiva de um ou outro governo, mas de Estado, Dilma, Alckmin e Cabral (santa aliança!!!) estão elaborando um plano de contenção do movimento. Isso envolve mudanças na legislação (além de outras, há em trâmite um projeto de lei que classifica como terroristas as ações do movimento social), atuação unificada das polícias (Guarda Nacional e polícias estaduais) na área de repressão e de espionagem.

A tendência é que aumentem as atividades dos serviços reservados policiais. Medidas que colocam em perigo as organizações e os militantes.

Sabemos que já atuam juntos na espionagem aos movimentos sociais e agora estão aperfeiçoando essas práticas.

Essas medidas impõem às organizações de esquerda e dos movimentos sociais cuidados necessários para preservarmos os militantes e as próprias organizações.

A luta contra a criminalização dos movimentos é fundamental!



“ELYSIUM”, UMA ALEGORIA DA MUNDIALIZAÇÃO

DANIEL MENEZES

O diretor sul-africano Neill Blomkamp iniciou sua carreira no Canadá e Estados Unidos e depois de alguns trabalhos iniciais lançou em 2009 o excelente longa metragem “Distrito 9”, uma alegoria do regime do Apartheid que vigorou décadas atrás em seu país natal. O filme foi mundialmente aclamado e mostrou como a ficção científica pode abordar questões sociais com altas doses de inteligência e ação.

Agora em 2013, Blomkamp retorna com “Elysium”, uma produção estadunidense, mas de temática tipicamente mundializada e um forte conteúdo de crítica social, que não

prejudica suas qualidades como entretenimento. O elenco conta com astros hollywoodianos consagrados como Matt Damon e Jodie Foster, os brasileiros Wagner Moura e Alice Braga, e Sharlto Copley, compatriota e parceiro do diretor em Distrito 9.

O título do filme é o nome em inglês dos Campos Elísios, a morada das almas bem aventuradas da mitologia greco-romana. No filme, situado no ano 2159, Elysium é o nome de uma estação espacial em que os bilionários se exilaram, levando uma vida paradisíaca na órbita da Terra. Os 99,9999% de terráqueos restantes vivem numa

gigantesca favela, à mercê da violência, em meio ao lixo, a poluição, doenças, etc. Os habitantes da Terra trabalham em fábricas insalubres, em ritmos dignos do século XIX, para fabricar robôs, que são os mesmos que fazem a função de polícia, cometendo toda espécie de abusos e arbitrariedade para manter esse subproletariado sob um controle brutal.

O acesso a Elysium está bloqueado para os que não são cidadãos e as naves não autorizadas são caçadas no espaço pelo serviço de segurança da estação, chefiado por uma dirigente fascista. Não obstante o risco de serem detidos pela defesa do Elysium, os habitantes da

Terra insistem em realizar viagens à estação orbital. Seu maior objetivo é ter acesso aos ultramodernos equipamentos médicos de uso exclusivo dos cidadãos, capazes de regenerar quase instantaneamente os estragos de qualquer doença ou lesão, tornando os seus possuidores virtualmente imortais. Contrabandistas vendem o acesso a esses vãos não autorizados, dos quais apenas uma minúscula fração consegue pousar.

A dirigente da segurança tem como projeto simplesmente explodir os transgressores, para dar uma lição nos contrabandistas e por fim a essas tentativas. O restante do governo do Elysium é contra a detonação sumária de viajantes ilegais, preferindo apenas deportá-los de volta para a Terra. Para por fim a essa hipocrisia, a segurança aplicará um golpe, contando com a assistência de agentes atuando de forma ilegal na Terra. Enquanto isso, o protagonista do filme, associando-se aos contrabandistas, será obrigado a tentar a viagem para o Elysium como única forma de sobreviver a um acidente de trabalho que o expôs à contaminação por radiação.

Com essa trama, o filme expõe

algumas das situações típicas da mundialização capitalista, o abismo entre as populações de ricos e pobres, e a crescente violência contra imigrantes que tentam chegar às regiões onde esperam encontrar trabalho e melhores condições de vida. O acesso à saúde é uma questão chave para bilhões de pessoas, tanto assim que uma acirrada disputa política foi travada nos Estados Unidos em torno do tamanho e do ritmo dos cortes no orçamento da assistência destinada aos pobres. A mesma disputa está representada no filme, entre um setor de direita, que mantém a separação abissal entre os terráqueos e os habitantes do Elysium, mas com alguns pudores humanitários hipócritas; e um setor de ultra direita, que quer simplesmente explodir os trabalhadores que tentam chegar ao seu paraíso.

Da mesma forma, tivemos no intervalo de poucos meses duas tragédias envolvendo a tentativa de imigrantes africanos de chegar na Europa que custaram centenas de vidas. Uma se deu por naufrágio próximo da Itália e outra por falta d'água no deserto do Saara, depois que os caminhões dos contrabandistas falharam no mar de

dunas, antes ainda de chegar às margens do Mediterrâneo. O lançamento do filme se deu nesse mesmo intervalo.

A obra cinematográfica não foi feita evidentemente para conscientizar as plateias das iniquidades do capitalismo. Ainda assim, as retrata com nitidez exemplar. Ao contrário, porém, das soluções hollywoodianas, em que um punhado de heróis (mesmo que agora com rostos terceiro-mundistas) reverte as injustiças por meio de uma reprogramação dos sistemas, será preciso uma revolução socialista para superar as miséris e barbáries do capitalismo.

Toda a imensa riqueza em ciência e tecnologia hoje disponível, que seria capaz de proporcionar um modo de vida confortável para toda a humanidade (senão no nível do Elysium, mas muito próximo disso) e com um mínimo de esforço para todos, precisa ser expropriada dos grilhões da propriedade privada capitalista e submetida a uso coletivo e racional. Isso só pode ser feito por meio da ação coletiva, consciente e organizada dos trabalhadores, contra o Estado, seus agentes e suas mistificações ideológicas.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESPAÇO SOCIALISTA

A EDUCAÇÃO NA LUTA DE CLASSES

NÚCLEOS DE PROFESSORES

No último dia 02/11, nós do Espaço Socialista realizamos nosso 1º Seminário de educação, com a participação de Militantes e Ativistas de Arapiraca-AL e Maceió-AL, ABCDMR e capital paulista. Fizemos uma experiência inovadora, e que obteve sucesso, uma teleconferência via Skipe. O espírito do Seminário é elaborar um projeto de intervenção educacional conforme os interesses e necessidades dos trabalhadores e seus filhos, num sentido revolucionário, ou seja, para além do capital.

EDUCAÇÃO, CAPITALISMO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

A discussão partiu das seguintes referências críticas: "A Educação na Comunidade Primitiva" de Aníbal Ponce; "Trabalho, práxis social e Educação: notas para uma teoria da atividade educativa", de Epitácio Macário e "Educar para a cidadania ou para a liberdade?" de Ivo Tonet.

A partir destas referências, discutimos como se desenvolveu o processo educativo desde as comunidades primitivas, passando pelo surgimento das classes sociais e, posteriormente, do capitalismo, com indicações sobre o caráter de uma Educação emancipatória.

Na comunidade primitiva, a Educação identificava-se com a vida, ou seja, acontecia simultânea ao processo de trabalho e de vida, no qual prevaleciam os interesses comuns, da tribo. Nestes primórdios, as mulheres e crianças tinham funções sociais de igual importância e posições iguais aos dos homens. Com o surgimento da sociedade de classes, um grupo social minoritário se apropria da riqueza coletiva e passa a dominar a maioria da sociedade, que é então subordinada e responsável pelo trabalho material.

A partir disso, surge a Educação institucional. O saber torna-se monopólio

e instrumento de poder das classes dominantes, com uma instituição Educacional voltada para a formação plena (física, moral e espiritual) e para a dominação. Enquanto isso, a Educação das classes trabalhadoras (escravas e servis) voltava-se para o trabalho prático e para a subordinação, ocorrendo simultaneamente ao processo de trabalho. Com o advento do capitalismo industrial, surge a necessidade de uma Educação institucional também para as classes trabalhadoras, agora assalariadas, para formar uma mão-de-obra tecnicamente capaz de realizar o processo produtivo, aliada a difusão ideológica de valores adequados ao sistema. Assim, a Educação institucional cumpre, predominantemente, o papel de reprodução da sociedade de classes e, atualmente, do capitalismo, tanto no sentido de formação de mão-de-obra quanto de difusão ideológica adequada ao sistema.

“O HOMEM PLENO E LIVRE ESTÁ NECESSARIAMENTE PARA ALÉM DA CIDADANIA E, SENDO ASSIM, UMA EDUCAÇÃO REALMENTE EMANCIPADORA DEVE BUSCAR A EMANCIPAÇÃO HUMANA, COM A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE BASEADA NO TRABALHO LIVRE E ASSOCIADO”

E. Macário trata da especificidade do processo Educativo (não restrito à institucionalidade), como momento da práxis social, no âmbito da formação e influência na conduta dos indivíduos, ligado ao processo de apropriação/subjetivação e objetivação da realidade e, a partir dela, da atividade/práxis social e ainda, mais especificamente, do trabalho humano. Por sua vez, I. Tonet trata dos limites da cidadania e da tão proclamada - por educadores, acadêmicos e setores da esquerda democrática - *Educação cidadã*. Para Ivo Tonet - em consonância com a abordagem Marxiana - a cidadania e, conseqüentemente, a Educação para a cidadania, não corresponde à plena emancipação humana, mas a emancipação política, necessariamente limitada e instrumento da exploração, subordinação e desigualdade capitalistas. Assim, a cidadania e a Educação voltada a ela, promove apenas uma liberdade parcial. O homem pleno e livre está necessariamente para além da cidadania

e, sendo assim, uma educação realmente emancipadora deve buscar a emancipação humana, com a construção de uma sociedade baseada no trabalho livre e associado.

NOSSA REALIDADE ATUAL E PERSPECTIVAS

No contexto atual, o capitalismo rebaixa o nível de formação Educacional dos trabalhadores,

formando-os apenas com competências e habilidades básicas, chegando ao cúmulo de professores do Ensino Infantil serem coagidos a não ensinar o alfabeto! Contenção social e repressão são cada vez mais comuns nas escolas públicas, ao passo que Educação qualificada torna-se monopólio de escolas/empresas particulares, sendo vendida como mercadoria à elite e aos filhos da burguesia!

A partir dos movimentos de junho-julho, a realidade social e nas escolas se modificou, despertando nos alunos um maior questionamento e crítica em relação à opressão nas escolas e na sociedade, inclusive questionando professores, o currículo, a crescente opressão (câmeras, avaliações externas, polícia) nas escolas e nos sistemas de ensino. Os professores, contratados e pressionados para cumprir o papel da opressão dentro das escolas, encontram-se frente a um dilema: ou se adequam a cumprir e defender este papel que o sistema lhes incumbe (parte significativa

da categoria tende a aderir a isso), ou o questiona, juntamente com o próprio sistema que o gera!

Assim, defendemos uma Educação ampla, para tod@s, voltada ao pleno desenvolvimento humano, para além das necessidades físicas imediatas (trabalho assalariado, alimentação, vestuário, habitação), envolvendo cultura, arte, lazer, etc, na qual a formação e próprio trabalho correspondam à realização humana, e não à exploração, subordinação e opressão. Além disso, ao contrário do que geralmente se difunde, a Educação, sozinha, não pode transformar nem a si, nem a sociedade como um todo. A transformação emancipatória só pode obter sucesso se suceder-se, simultaneamente, em ambos os níveis. Para isso, aprovamos, inicialmente, algumas propostas, dentre as quais: materiais políticos e atividades com alunos, para além da institucionalidade; eleições diretas para diretores de escola; assembleias unificadas entre alunos, pais e professores; reativação dos órgãos colegiados (Conselhos de Escola, APM e Grêmios).

PRÓXIMAS ATIVIDADES

Este foi um primeiro estudo que terá outros momentos. O próximo terá como tema “A Educação e Mundo Social do Trabalho”. Convidamos todos os trabalhadores e ativistas contrários à ordem capitalista, sua exploração, subordinação, opressão e alienação, e que defendem a emancipação e as necessidades sociais e humanas, a participarem destas atividades.

CARTA ABERTA DO GRUPO “ALÉM DO MITO”

PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE, LUTAR PELA REVOLUÇÃO

Uma resposta, não uma campanha. Pedimos “desculpas” antecipadas aos que esperam algum tipo de exibicionismo ou, simplesmente, aos que têm fetiche em saber sobre as entradas e saídas de militantes em partidos, grupos, organizações, etc. Pois, não trataremos aqui de “uma carta de entrada” ou “uma carta de saída” públicas, afinal, não é uma mera relação mecanicista que nos faz escrever esse documento. As relações do próprio processo histórico são

complexas no estudo da realidade e ao vivê-la. E precisam ser explicadas para além de momentos iniciais e finais, mas sim na completude do processo.

O que pretendemos através dessa publicação é explicar uma relação (com efeitos complexos - de conseqüências, sejam elas positivas ou negativas) do Grupo Além do Mito no movimento estudantil e manifestar publicamente o que faz o grupo, hoje, se incorporar ao Espaço Socialista, uma Organização

Marxista Revolucionária.

É uma grande responsabilidade e julgamos ser de suma importância, sem desmerecer outras questões, dar uma resposta ao movimento estudantil. Uma resposta aos/às militantes que caminharam (gerações passadas) e, principalmente, aos/às que caminham ao nosso lado agora na luta cotidiana nas entidades de base no movimento estudantil (ME) da Universidade Federal de Alagoas (UFAI) e na Faculdade

Integrada Tiradentes (FITs) ou nas executivas e federações de curso, aos coletivos que se aproximam da nossa atuação no ME e aos independentes. Devemos uma resposta e tentaremos ser fieis (como o grupo sempre se esforçou em ser) ao caracterizar a realidade.

Há aproximadamente oito anos, um coletivo de estudantes dispostos para luta estudantil da UFAL decidiu formar uma chapa para disputar as eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A maioria dos estudantes dessa chapa era uma geração mais nova da Comuna Estudantil existente na universidade. Esse coletivo para disputar a direção do DCE foi chamado de Além do Mito. Era composto por militantes do PSTU, do CAZP, próximos ao PSOL e por independentes.

Com a derrota nas eleições, o coletivo Além do Mito continuou se reunindo e organizado pós-processo eleitoral para tocar possíveis atividades políticas, segundo as demandas do movimento. Essas atividades começaram a se chocar com as atividades da Comuna Estudantil, pois, em grande parte, as discussões travadas eram as mesmas. Logo, acabou que dois grupos estavam coexistindo. Com a possibilidade de extinção de um desses grupos surge, então, o Além do Mito.

São notórias as nossas limitações em contar essa história, além disso, não é nossa proposta explicar detalhadamente tais fatores, mas segue uma limitada e breve exposição dos relatos históricos de nossa gênese.

O grupo passou por várias transformações de seus quadros – a renovação no ME ocorre de 4/5 anos e a “pressa de viver”, como diz Belchior, é frequente em grupos que atuam unicamente para o Movimento Estudantil. Em épocas diferentes já fomos 20, 5, 10, 15, 4... e isso traz muitas discussões internas, questionamentos e preocupações, algo comum devido as nossas limitações.

Contudo, as mudanças que o grupo passou durante anos trouxeram avanços qualitativos (exemplo é a atuação na FITs, uma faculdade privada que passou a ser também nosso lócus de atuação). Aprendemos com nossos erros do passado para não repeti-los, encontramos soluções e demos contribuições. Longe de sermos prepotentes em nossas

posturas, mas sim reconhecemos as falhas e os acertos que tivemos.

Nossa luta é transparente: por uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada numa perspectiva radical classista. Temos clareza de que o Movimento Estudantil não é revolucionário e de que o único sujeito revolucionário é a classe trabalhadora, que está em confronto direto com o capital. Mas, isso não significa que nossa luta será “menor”, muito pelo contrário, ela será forte e maior se aliada à classe trabalhadora! Lutamos por uma universidade que atenda aos anseios da classe oprimida, pois é ela que constrói as cadeiras que sentamos, os nossos blocos, nossos laboratórios, nossos banheiros, nossas praças de socialização. No entanto, notem a contradição, não é ela que está usufruindo o que ela mesma produz e muito menos, os filhos e as filhas dessa classe. Lutamos por uma universidade que não pautar mais os interesses da burguesia e que não produza ciência para usineiros, mas que possa produzir para o povo!

Nós, do Além do Mito, encontramos à nossa frente formas de lutar dentro do ME. A que escolhemos foi de um Movimento construído de forma sincera pela base estudantil. Atuando com boa quantidade de militantes e também – de grande valor para não sermos apenas um número – com qualidade! E lógico, que nossa atuação no ME não podia ser pautada “do nada”, não brotava de um pé de laranjeira, tampouco caía do céu. Nossas discussões, leituras, estudos geralmente eram travadas em vivências, além das discussões em reunião, que eram mais deliberativas em momento específico. E eram em espaços como esses que nos apropriávamos da teoria marxista para lutarmos contra as políticas privatistas (exemplo disso foi a luta contra a Reforma Universitária) numa perspectiva que não se findava ali. Nossa luta contra as políticas neoliberais exigiu de nós que conhecêssemos em que pisávamos para atuar e para não somente “botar a boca no trombone”, mas para propor. Esses passos foram importantes na história do Além do Mito e do ME geral, visto a inutilidade da União Nacional dos Estudantes.

Hoje o Além do Mito enxerga a necessidade de darmos mais passos. Além de nossas contribuições, apontamentos e análises sobre a reorganização do Movimento (como os documentos “Para onde foi a reorganização?” e a tese “Une ou Anel - Eis a questão?”) até hoje utilizadas para formação de novos militantes temos agora nossa incorporação ao Espaço Socialista como um dos passos necessários.

Mas afinal, quem disse que vivemos todo esse tempo somente de belas contribuições? Como o próprio texto diz, aprendemos com os erros. O Além do Mito, a partir do momento que se configurou como grupo, não atuou para além da universidade numa perspectiva macro de luta. Nossa forma de organização, apesar de ter durado oito anos e já estar nas linhas da história, era limitada. E essa limitação traria consequências. Parece algo tolo, mas não conseguiríamos caminhar no movimento para além da universidade sem termos, minimamente, perspectivas de luta para transformação revolucionária na totalidade da realidade. Não conseguiríamos caminhar para além dos limites do ME, pois, apenas caminhar, nós podíamos. Mas, somente isso seria falho. Enxergar o que fazer para além da universidade foi um processo difícil, visto que não visualizamos em Maceió (AL) nenhum partido de esquerda ou organização capaz de vencer o que já parece habitual: vícios aparatistas e burocráticos.

O Espaço Socialista se apresenta como uma organização classista, real, horizontal e disposta a contribuir para o avanço da consciência da classe trabalhadora! Passa longe de usar

“ NÃO É TOTAL SURPRESA A NOSSA RELAÇÃO COM O ESPAÇO SOCIALISTA, VISTO QUE MUITOS DE NÓS JÁ APRECIÁVAMOS, MESMO QUE DE MODO DISTANTE, A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO. E NÃO APENAS ISSO, O PRÓPRIO ESPAÇO SOCIALISTA RETRIBUÍA ESSE DISCURSO DE AFINIDADE IDEOLÓGICA ”

aparatos de luta para colocar de forma vertical políticas de um partido e longe do politicismo. Não, nossa incorporação à organização não é para “salvar o Além do Mito”, essa maneira arrogante de analisar a realidade é tão pequena como um grão de areia.

Não é total surpresa a nossa relação com o Espaço Socialista, visto que muitos de nós já apreciávamos, mesmo que de modo distante, a atuação da organização. E não apenas isso, o próprio

Espaço Socialista retribuía esse discurso de afinidade ideológica. Então, em junho de 2012 recebemos uma carta dos companheiros do Espaço Socialista para um possível início de relação, principalmente devido à experiência acumulada do Além do Mito. Inicialmente deixamos essa relação para os companheiros que estavam saindo do Além do Mito, pois ainda tínhamos muitos questionamentos que nos assolavam na época.

Essa relação se intensificou e o Espaço Socialista em Alagoas surgiu. A história nos aprontou mais uma e não demorou a acontecer: em 2013 o Além do Mito retomou a discussão de possível diálogo com a organização. Agora, estamos aqui!

Visualizamos essa incorporação como qualitativa para o grupo e não menor ou maior. Também qualitativa para a organização. Viva a aliança dos estudantes com a classe trabalhadora!

ACERCA DA GUERRA NA SÍRIA

ARTUR BISPO - PROF. UFAL

A guerra é uma das atividades mais lucrativas, como dizia Carl Von Clausewitz. E a experiência norte-americana no Iraque atesta isso. Quando os EUA invadiram aquele país, a previsão inicial era que o governo de George W. Bush não gastaria mais do que 50 bilhões de dólares, no entanto, o custo dessa guerra ultrapassou um trilhão de dólares em 2010. Indubitavelmente, a guerra foi um prejuízo enorme para a classe trabalhadora que subsidia os gastos públicos norte-americanos, mas o mesmo não pode ser dito para suas empresas petrolíferas (Texaco, Shell, British Petroleum e Exxon Mobil) e para as grandes empresas do complexo industrial-militar, bem como as de aviação, as grandes construtoras e as empresas dos gêneros alimentícios (Custler Battles, Boeing, Lockheed, Halliburton, Kentucky Fried Chicken, Coca-Cola, Pepsi-Cola, Bechtel, CACI, Nestlé, Titan). A guerra impõe tanto a destruição quanto a necessidade da reconstrução, pois cidades destruídas precisam ser reconstruídas. Numa época de crise de expansão e acumulação do capital, nada melhor do que criar novas cidades e apropriar-se das riquezas dos povos dominados e escravizados.

O prelúdio da guerra civil na Síria começa com a onda de protestos bastante heterogêneos e diferenciados que varreram o mundo árabe no final de 2010 e começo de 2011, em países como Tunísia, Argélia, Iraque, Jordânia, Omã, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão, Líbia etc. Em alguns desses países os protestos eram espontâneos ou organizados por movimentos populares que ansiavam por mudanças nas estruturas do aparato político e econômico existente; em outros esses protestos serviram como de prólogo para o aprofundamento duma intervenção das forças imperialistas.

Como todo aparato estatal e político constituído para defesa do capital contra o trabalho, o governo de Bashar al-Assad preferiu reprimir as manifestações de 2011 como forma de impedir seu livre desenvolvimento, ao invés de negociar com seus opositores. No entanto, a repressão do Estado, representante dos interesses do capital pela mediação dos alauitas (preferem Ali Hadi a Maomé, não obedecem a votos de abstinência ao álcool, não praticam o jejum, nem exigem de suas mulheres a utilização do véu), não conseguiu anular o desejo de mudança da maioria da população, constituída por 75% de sunitas. O

endurecimento do governo fez com que o conflito evoluísse e ganhasse os corolários de uma guerra civil “ que nos seus primórdios ainda apresentava possibilidade de derrubada do poder constituído, na perspectiva de atender às necessidades fundamentais das camadas mais exploradas da sociedade síria. No entanto, as suas potencialidades

revolucionárias ficaram num horizonte cada vez mais distante, à medida que se ampliou a presença de grupos mercenários, de um lado, e de grupos fundamentalistas islâmicos salafistas e jihadistas, do outro.

A oposição ao governo alauita e capitalista de Bashar al-Assad se configura no Exército Livre Sírio (formado de desertores do exército sírio), na Frente Islâmica de Libertação da Síria (coalizão de brigadas islâmicas, de orientação sunita, que advoga um poder autocrático nos termos no fundamentalismo islâmico), no Exército Livre da Síria, na Frente de Libertação da Síria (formada por mujahidins, que são combatentes dispostos ao sacrifício da própria vida em nome da religião), da Irmandade Muçulmana (organização islâmica fundamentalista que coloca os ensinamentos do Corão acima de qualquer coisa e recusa radicalmente qualquer espécie de influência ocidental) e da Frente Al-Nusra (milícia islâmica de orientação sunita e jihadista). As milícias formadas pela Al-Nusra impõem uma visão estrita da lei islâmica nos territórios que ocupam militarmente e abusam de seu poder militar na relação com grupos civis dotados de outros hábitos culturais e opções religiosas.

Observa-se que esses exércitos mercenários e fundamentalistas são financiados por agentes externos que servem aos propósitos do imperialismo na região. Tanto Arábia Saudita e Katar quanto o Líbano estão profundamente envolvidos nesse conflito, além, evidentemente, da Turquia e de Israel. O Líbano, por exemplo, possui partidos políticos e religiosos que apóiam os dois lados, tanto os rebeldes quanto o



governo de Damasco. Nenhum apresenta a possibilidade de uma crítica consistente ao capitalismo ou a defesa do socialismo como alternativa para as classes exploradas e dominadas pelo capital. Os grupos que financiam essa guerra têm ligações com setores que vão dos grandes empresários da indústria petrolífera da Arábia Saudita e do Katar até os agrupamentos mafiosos existentes nos distintos países asiáticos.

A oposição entre grupos islamitas xiitas e sunitas perpassa todo o Oriente. O Hezbollah, por exemplo, está do lado das tropas do governo sírio, enquanto a seita salafista convoca os libaneses e palestinos refugiados para lutar ao lado dos rebeldes. Esse grupo radical sunita constitui o segundo maior partido do Egito, com influência cada vez maior na rebelião da Síria e com presença na Argélia, Bahrein, Kuwait, Líbia, Iêmen e territórios ocupados pelos palestinos. São avessos aos direitos das mulheres e das minorias. Os salafistas vêm aprofundando as divisões entre muçulmanos xiitas e sunitas, de um lado, enquanto os exércitos de Bashar al-Assad destroem mesquitas e perseguem sunitas, do outro. A luta de classe se perde no interior de lutas étnicas fratricidas, assumindo corolários religiosos distintos; a classe trabalhadora é sacrificada de ambos os lados.

Não dá para esconder que os principais aliados dos EUA nesse conflito são os grupos "terroristas" que combatiam nas guerras do Afeganistão e do Iraque. É interessante observar o retorno do recurso utilizado pelos EUA ao momento que marca a expulsão das forças soviéticas do Afeganistão: num instante prestam ajuda bélica aos radicais sunitas (talibans) para expulsar os exércitos soviéticos em 1989, e no outro, estão engalfinhados numa luta pelo controle do poder econômico e político na região. Esse conflito encontrou seu coroamento em 11 de setembro de 2001, com os atentados às torres gêmeas (World Trade Center) e a declaração de guerra ao Afeganistão em 2001.

Preocupado em não quebrar o protocolo da guerra contra o terror, o governo norte-americano tenta minimizar a presença das milícias da Al Qaeda e Al-Nusra no conflito. Argumenta que o chefe do Exército Sírio Livre, general Salim Idriss, representa

uma força moderada e em ascendência interna. O fato é que a Arábia Saudita e o Katar têm estreitado relações com o Líbano, visando garantir a b a s t e c i m e n t o , inclusive de armas químicas, aos líderes rebeldes ao governo de Damasco. Tem sido noticiada a utilização de armamentos químicos por esses rebeldes bem antes das denúncias contra o governo de Bashar. Nota-se que o contexto não é nada tranquilo para uma intervenção norte-americana na Síria, pois grande parte dos opositores ao regime de Bashar não merece a confiança de Washington.

As experiências acumuladas no Iraque, Afeganistão e Egito ensinam que de nada adianta buscar uma mudança do regime dominante, o mais sensato é preservar a ordem política e administrativa existente. O ideal é criar as condições para que as forças armadas sírias façam o mesmo percurso que fizeram os militares nas regiões ocupadas, como Egito, Líbia, Iraque, Afeganistão etc., ou seja, o fundamental é derrubar o governo existente e colocar um aliado. Graças à intervenção do governo de Moscou, a intervenção norte-americana foi adiada e a possibilidade do conflito assumir corolários catastróficos para a humanidade foi interceptado no momento. Desse modo, a intervenção norte-americana foi obstruída pelo poderio nuclear da Rússia.

Na perspectiva da classe trabalhadora, não é possível coadunarse nem com o poderio bélico das forças imperialistas do Ocidente (EUA, França, Reino Unido etc.) nem com o poderio imperialista do Oriente (Rússia e China). Essas grandes potências são variantes da mesma perspectiva colonizadora e intervencionista; todas elas visam tão somente encontrar uma válvula de escape para a crise de expansão e acumulação que envolve seus distintos capitais privados, que se escondem por trás de cada um dos governos nacionais. Por outro lado, os grupos políticos e religiosos que exercem posição hegemônica no conflito nessas regiões do Oriente Médio estão muito distantes de representar os efetivos interesses



da classe responsável pela constituição da riqueza material da sociedade, e consequentemente, de vislumbrar uma saída revolucionária. Assim, os interesses do governo de Bashar al-Assad (alauitas, cristãos e drusos) e os interesses dos grupos rebeldes (sunitas etc.) estão em plena consonância, já que todos eles lutam simplesmente pelo direito de apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Nem o governo sírio nem os rebeldes pretendem libertar os trabalhadores da dominação do capital; ambos estão muito distantes de adotar qualquer perspectiva positiva para a classe trabalhadora. Por isso devem ser combatidos e rejeitados pelos operários revolucionários e pelos intelectuais comprometidos com a classe revolucionária. A tarefa de libertação da classe trabalhadora inexistente em ambos os lados desse conflito, assim como a intenção de conduzir a humanidade para a sua plena realização inexistente nos grupos internacionais majoritariamente envolvidos no conflito.

Por isso o caminho da guerra deve ser execrado pelos trabalhadores de todo o mundo, porque ela não passa de uma válvula de escape para os problemas estruturais que afetam todo o sistema metabólico.

EXPEDIENTE

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

Contatos:

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

Curta nossa página no facebook (Espaço Socialista)